



EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIAS: NOTAS E VIVÊNCIAS DE UM CURSINHO POPULAR

EVELYN SAMPAIO ALVES¹; KETELIN DA SILVA MACIEL²; DANIELA DE
CARVALHO CIRIACO³

¹ Unisagrado – evelyn.alves98@gmail.com

² Universidade Federal de São Paulo – ketelinmaciel.15@gmail.com

³ Universidade Federal de Uberlândia – daniela.ciriaco@ufu.br

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, com o processo de escravização e colonização houve uma construção e projeção de um imaginário racista e hierarquizante. Assim, o racismo se estabelece de forma estrutural e estruturante dentro das relações sociais e se concretiza a partir e por relações de poder, delimitando os espaços ocupados pela branquitude e a exclusão e marginalização da população preta como mecanismo de categorização, bem como em espaços como as universidades que partem de uma estrutura branca, eurocêntrica e elitista (ALMEIDA, 2019).

Neste sentido, a presença da população preta, pobre e periférica nas universidades brasileiras é resultado de um processo constante de luta e mobilização do movimento negro por políticas públicas e ações afirmativas que possibilitem o acesso ao ensino superior, minimizando a enorme distância social, econômica e política que separam negros e brancos (FONSECA, 2009).

Deste modo, quando falamos de políticas públicas, referimos a ações que buscam assegurar constitucionalmente os direitos de cidadania e o bem-estar social. É fato, que os direitos básicos foram e continuam sendo negados à população negra, inclusive na esfera da educação, a qual apesar de alguns avanços ainda exige organização e luta para combater os privilégios.

Com o objetivo de avaliar a qualidade de ensino, o Ministério da Educação, em 1998, criou o ENEM. Nos últimos anos ele tem sido o principal meio de ingresso em universidades do país já que grande parte das instituições federais utilizam o ENEM para seleção dos estudantes (BRASIL, 2019). Com base nos resultados obtidos no ENEM, os estudantes são incluídos em programas de auxílio ao ingresso como: Sistema de Seleção Unificada (escolhe os candidatos para as vagas oferecidas para universidades públicas), o Programa Universidade para Todos (concede bolsas integrais ou parciais em faculdades particulares para estudantes de baixa renda) e o Fundo de Financiamento Estudantil (com a finalidade de financiar a graduação do ensino superior de faculdades particulares).

Apesar dos avanços no que se refere às políticas de acesso ao ensino superior é evidente que não são suficientes para recuperar os séculos de exclusão e desigualdade. Isto, porque nesta estrutura de sociedade a intersecção entre raça, classe e gênero é determinante na forma como estes espaços são



acessados (AKOTIRENE, 2019), e isto pode ser identificado também no âmbito educacional.

Em período de isolamento social com escolas de educação básica, universidades e centros de ensino de portas fechadas, é que podemos ver como o direito de estudar se dá de maneira desigual dentro da sociedade. Inclusive, a falta de condições básicas para ensino de estudantes mais pobres pode agravar o abismo educacional que existe no país (BABROSA; CUNHA, 2020, p. 33).

A permanência dessa desigualdade também se evidencia na resistência das autoridades responsáveis ao não adiamento do ENEM. Foi por meio da organização, articulação, pressão e luta das organizações e movimentos sociais que o adiamento tornou-se possível, garantindo condições mínimas para que alternativas pudessem ser construídas.

Neste contexto, surgem redes de educação popular, como ações, cursinhos, processos formativos e gratuitos para a população periférica, sendo essas ações uma forma de democratizar o acesso, já que compreendem as especificidades destes processos de desigualdade.

É neste cenário que é construído o Projeto SOS Enem, como um movimento de resistência que tem como objetivo ser um instrumento de auxílio nos estudos e na preparação dos estudantes pretos e da periferia no acesso ao ensino superior.

Desta forma, o trabalho visa apresentar um recurso provisório para o preparo dos estudantes em tempo de pandemia por meio das mídias digitais em um momento importante de sua vida: a trajetória para ingresso na universidade pública.

2. METODOLOGIA

Inicialmente começamos com a proposta de discutir acerca das vivências da população preta. Com base nessas discussões e conectadas com a atual conjuntura da luta pelo adiamento do ENEM identificamos que era necessário construir estratégias que pudessem contribuir com o processo formativo dos estudantes pretos, pobres e periféricos.

É neste contexto que surge a proposta do SOS ENEM. O projeto de educação popular SOS Enem é um cursinho pré-vestibular gratuito e realizado por plataformas digitais, contemplando todas as matérias e conteúdos cobrados no Enem e vestibulares. Os conteúdos das disciplinas são ministrados por alunos do ensino superior de acordo com sua área de formação. Os professores atuam no projeto de forma voluntária, exatamente por compreender a necessidade e o compromisso com o processo de formação das juventudes negras, pobres e periféricas.

O cursinho inicialmente se realiza com 37 professores, 240 alunos inscritos, sendo 47,5% com o ensino médio regular já concluído e 41,7% no terceiro ano do ensino médio. As aulas eram realizadas ao vivo e complementadas com plantões de dúvidas e correções de listas de exercícios.

Ao longo do processo houve a necessidade de reformular a forma que o curso estava sendo realizado, compreendendo as suas limitações organizacionais e as necessidades acusadas pelos inscritos, as aulas passaram a ser gravadas e



disponibilizadas em arquivos para que o conteúdo fosse acessado de acordo com a disponibilidade de cada estudante.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o desenvolvimento do projeto foi possível identificar a necessidade e potencialidade dessas ações. Construções coletivas como esta não trazem garantia de acesso, mas possibilitam a construção de um espaço de formação, de construção e de laços que contribuem para romper com as barreiras impostas por essa sociedade racista, heteropatriarcal e classista.

Este projeto efetiva-se como um movimento de resistência entre os alunos e professores que compreendendo os determinadores sociais de classe, raça e gênero que se perpetuam na sociabilidade dos sujeitos reconhecem a importância do processo formativo de qualidade dos estudantes para a inserção no ensino superior e principalmente em instituições públicas.

Com base nos relatos fica evidente como a construção e a participação no projeto contribuíram para que as juventudes negras vissem a universidade como um caminho possível, como um espaço que podem e devem ocupar.

Deste modo, com a realização dessa proposta os objetivos propostos foram alcançados, os conteúdos foram ministrados, as atividades e exercícios desenvolvidos, as dúvidas sanadas.

Um dos desafios encontrados ao longo desse percurso foi a permanência da presença dos alunos nas atividades. No entanto, conforme sinalizado pelos próprios estudantes, essa continuidade, por vezes se inviabiliza pelas próprias condições materiais de reprodução, já que, os estudos são mais uma atividade além do trabalho e das demandas familiares. Isto identificado sinaliza a necessidade de construção de alternativas, de novos caminhos e outras possibilidades. Longe de inviabilizar o projeto, este fato apenas sinaliza o imperativo de uma reconstrução constante e coletiva.

4. CONCLUSÕES

Por meio deste projeto, vê-se que as ações realizadas coletivamente são de grande relevância social para as juventudes negras e periféricas obterem uma formação e preparo de qualidade de modo que resulte em um bom desempenho no Enem e vestibulares para ingressar na universidade pública, garantindo seus direitos básicos de acesso à educação que deveria ser provido pelo Estado.

Estes processos de organização é o aquilombamento dessa população, isto é, um espaço de trocas, de acolhimento e de afeto, e a garantia de sobrevivências por meio da educação, buscando a obtenção dos direitos descolonizados e emancipatórios que lhes foi roubado. Sendo assim uma forma de resistência histórica de um povo que se recusa a aceitar o destino que lhe foi imposto e por isso segue resistindo, lutando e construindo as suas próprias formas de acessar espaços como a universidade.



5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen: 2019.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Histórico Enem**, Brasília, DF: Ministério da Educação, 23 out. 2019. Acessado em 26 de set. 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/enem/historico>.

BABROSA, Otavio Luis; CUNHA, Paulo Giovani Moreira da. **Pandemia e a precarização do direito ao acesso à educação**. RESENHAS ECONÔMICAS E PANDEMIA, [s. l.], v. 1, ed. 1, p. 33-36, 27 jul. 2020. Acessado em 26 set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/peteconomia/article/view/31745>.

FONSECA, Dagoberto José. **Políticas Públicas e ações afirmativas**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, Dez. 2006. Acessado em 26 de set. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso.